

No. 36322

**Brazil
and
Russian Federation**

Basic Agreement for scientific, technical and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Russian Federation. Brasília, 21 November 1997

Entry into force: *30 September 1999 by notification, in accordance with article IX*

Authentic texts: *Portuguese, Russian and English*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 7 December 1999*

**Brésil
et
Fédération de Russie**

Accord de base de coopération scientifique, technique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la Fédération de Russie. Brasília, 21 novembre 1997

Entrée en vigueur : *30 septembre 1999 par notification, conformément à l'article IX*

Textes authentiques : *portugais, russe et anglais*

Euregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 7 décembre 1999*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLOGIA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Federação da Rússia
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando a experiência acumulada pelos dois países no campo da
Ciência e Tecnologia;

Reconhecendo que a cooperação nesse campo contribuirá para o
progresso sócio-econômico dos dois países;

Cientes de que a cooperação científica, técnica e tecnológica é um dos
pilares das relações bilaterais e elemento importante de sua estabilidade,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

O objetivo do presente Acordo é contribuir para a ampliação e o fortalecimento das relações entre as instituições dos dois países mediante o estabelecimento de condições favoráveis à cooperação científica, técnica e tecnológica e a seu desenvolvimento em bases mutuamente vantajosas e equilibradas.

ARTIGO II

As Partes Contratantes poderão celebrar Ajustes Complementares e promoverão o contato entre instituições dos dois países nas áreas científica, técnica e tecnológica, bem como o estabelecimento de documentos de projeto em campos específicos, reconhecendo como atores da cooperação órgãos estatais, instituições de pesquisa, estabelecimentos de ensino superior, empresas públicas e privadas e outras entidades científicas dos dois países.

ARTIGO III

1. As atividades de cooperação assumirão as seguintes formas:
 - a) desenvolvimento de pesquisa científica, técnica e tecnológica, com eventual intercâmbio de equipamento e materiais de pesquisa;
 - b) intercâmbio de cientistas, pesquisadores, peritos e técnicos para o desenvolvimento de programas, projetos e outras atividades de cooperação científica, técnica e tecnológica;
 - c) organização e realização de seminários conjuntos e outros encontros de caráter científico, técnico e tecnológico;
 - d) intercâmbio de informações científicas, técnicas e tecnológicas;
 - e) qualquer outra forma de cooperação científica, técnica e tecnológica a ser acordada entre as Partes Contratantes.

2. As despesas relacionadas com a realização das atividades previstas no presente Acordo serão efetuadas em termos a serem definidos pelas instituições cooperantes para cada caso concreto, valendo-se de recursos disponíveis.

ARTIGO IV

Caso não seja estipulado de outra maneira nos documentos mencionados no Artigo II, a comunidade científica, técnica e tecnológica dos dois países terá acesso às informações resultantes das atividades de cooperação relacionadas ao presente Acordo, desde que essas informações:

- a) não representem matéria de sigilo comercial, industrial ou de serviço;

b) não se refiram a tema de segurança nacional.

ARTIGO V

1. As Partes Contratantes comprometem-se a garantir a proteção e o exercício do direito de propriedade intelectual resultante da cooperação, em observância à legislação vigente em seus respectivos países e acordos internacionais correspondentes, dos quais a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia fazem parte.

2. A repartição dos direitos de propriedade intelectual que poderão resultar das atividades relacionadas à cooperação prevista no presente Acordo deverá ser estabelecida caso a caso entre as instituições cooperantes nos respectivos documentos mencionados no Artigo II.

ARTIGO VI

1. Com vistas à implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes estabelecerão uma Comissão Mista para Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica que realizará o seu trabalho em estreita coordenação com a Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica. Os objetivos da Comissão Mista serão:

- a) examinar e aprovar recomendações para promover condições favoráveis ao estabelecimento da cooperação, como prevista no presente Acordo;
- b) elaborar propostas em áreas prioritárias da cooperação;
- c) avaliar as atividades de cooperação em execução e propor novas áreas de cooperação.

2. A Comissão Mista reunir-se-á alternadamente em Brasília e em Moscou, com periodicidade a ser acordada entre as Partes Contratantes.

ARTIGO VII

Com relação à cooperação no âmbito do presente Acordo e respeitadas suas obrigações internacionais e as leis nacionais vigentes e demais regulamentações válidas, cada Parte Contratante deverá, com base em reciprocidade:

- a) apoiar a tramitação de pedidos de entrada e saída de seu território do pessoal e equipamento da outra Parte Contratante, utilizados em projetos e programas amparados pelo presente Acordo;
- b) facilitar a entrada e saída, isenta de taxas ou tarifas aduaneiras, dos equipamentos e materiais necessários para atividades conjuntas, no âmbito do presente Acordo.

ARTIGO VIII

As divergências surgidas quanto à interpretação ou à aplicação do presente Acordo serão dirimidas, na medida do possível, pelas Partes Contratantes.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação de uma das Partes Contratantes à outra de que o Acordo foi aprovado em conformidade com suas formalidades legais internas.
2. O presente Acordo será válido por um período de 5 (cinco) anos e será automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 5 (cinco) anos, exceto se uma das Partes Contratantes vier a denunciá-lo, mediante notificação por escrito à outra Parte. A denúncia surtirá efeito no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de sua notificação.
3. A denúncia do presente Acordo não afetará os projetos e programas em execução no âmbito do presente Acordo e não totalmente concluídos no momento da cessação da sua vigência.

ARTIGO X

A partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, deixará de vigorar o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de 16 de abril de 1981.

Feito em Brasília, em 31 de novembro de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português, russo e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luis Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA FEDERAÇÃO
DA RÚSSIA

Ievgueni Primakov
Ministro dos Negócios
Estrangeiros

[RUSSIAN TEXT — TEXTE RUSSE]

СОГЛАШЕНИЕ

**между Правительством Федеративной Республики Бразилии и
Правительством Российской Федерации
о научно-техническом сотрудничестве**

Правительство Федеративной Республики Бразилии и
Правительство Российской Федерации, именуемые в дальнейшем
Сторонами,

принимая во внимание опыт, накопленный двумя странами в
развитии научно-технических связей,

сознавая, что сотрудничество в области науки и техники будет
способствовать прогрессу науки и техники на благо обеих стран,

убежденные в том, что научно-техническое сотрудничество
составляет одну из основ двусторонних отношений и является важным
элементом их стабильности,

согласились о нижеследующем:

Статья 1

Целью настоящего Соглашения является содействие расширению и
углублению связей между научно-техническими организациями обеих
стран путем создания благоприятных условий для сотрудничества и его
развития на взаимовыгодной и сбалансированной основе.

Статья 2

Стороны будут поддерживать развитие прямых научно-технических
связей и заключение соответствующих соглашений, договоров,

контрактов и проектных документов между государственными организациями, академиями наук, научно-исследовательскими центрами, институтами, высшими учебными заведениями, частными фирмами и иными научными организациями двух стран.

Статья 3

Сотрудничество будет осуществляться в следующих формах:

реализация научно-исследовательских, технических и технологических проектов с возможным взаимным предоставлением исследовательского материала, научных приборов и оборудования;

обмен учеными, исследователями и техническими специалистами с целью реализации научно-технических программ, проектов и проведения других мероприятий в области научно-технического сотрудничества;

организация и проведение совместных семинаров и других встреч научного характера;

обмен научно-технической информацией;

другие согласованные Сторонами формы научно-технического сотрудничества.

Расходы, связанные с проведением мероприятий, предусмотренных настоящим Соглашением, будут осуществляться на условиях, которые сотрудничающие организации будут определять в каждом конкретном случае, исходя из имеющихся средств.

Статья 4

Научно-техническая информация, полученная в результате сотрудничества в рамках настоящего Соглашения, будет доступна для научных сообществ обеих стран, если иное не предусмотрено в документах, упомянутых в статье 2 настоящего Соглашения, при условии, что эта информация:

не относится к категории коммерческой, промышленной или служебной тайны;

не относится к категории информации, не раскрываемой из соображений национальной безопасности.

Статья 5

Стороны обязуются обеспечивать охрану и реализацию прав на создаваемую в результате сотрудничества интеллектуальную собственность в соответствии с законами и правилами каждой из стран и соответствующими международными договорами, в которых Федеративная Республика Бразилия и Российская Федерация участвуют.

Распределение прав на интеллектуальную собственность, возникающую в результате совместной деятельности, проводимой во исполнение настоящего Соглашения, будет определяться сотрудничающими организациями в каждом конкретном случае в документах, упомянутых в статье 2.

Статья 6

Для содействия выполнению настоящего Соглашения Стороны создадут смешанную комиссию по научно-техническому сотрудничеству, которая будет вести свою работу в тесной координации с двусторонней межправительственной комиссией по торгово-экономическому и научно-техническому сотрудничеству.

Задачами смешанной комиссии являются:

разработка и утверждение рекомендаций по вопросам, связанным с созданием благоприятных условий для осуществления научно-технического взаимодействия в соответствии с настоящим Соглашением;

выработка предложений по приоритетным направлениям научно-технического сотрудничества;

оценка состояния научно-технического сотрудничества и разработка предложений по выбору его новых направлений.

Сессии смешанной комиссии проводятся поочередно в Бразилии и Москве в согласованные Сторонами сроки.

Статья 7

В отношении сотрудничества в рамках настоящего Соглашения и с учетом международных обязательств, национальных законов и правил Стороны на взаимной основе будут:

оказывать содействие в рассмотрении обращений по вопросам въезда и выезда с территории своего государства представителей другого государства, а также ввоза и вывоза оборудования и материалов, используемых при реализации проектов и программ в рамках настоящего Соглашения;

содействовать беспошлинному ввозу и вывозу необходимых материалов и оборудования, используемых в совместной деятельности в рамках настоящего Соглашения.

Статья 8

Разногласия, которые могут возникнуть в отношении трактовки настоящего Соглашения, будут разрешаться по мере возможности договаривающимися Сторонами.

Статья 9

Настоящее Соглашение вступает в силу с даты последнего уведомления о выполнении Сторонами необходимых внутригосударственных процедур.

Настоящее Соглашение заключается на 5 лет и будет автоматически продлеваться на последующие 5-летние периоды, если ни одна из Сторон не уведомит в письменной форме другую Сторону не менее чем за 6 месяцев до истечения соответствующего периода о своем намерении прекратить его действие.

Прекращение действия настоящего Соглашения не затрагивает программ, проектов и других видов сотрудничества, осуществляемых во время действия настоящего Соглашения и не завершенных к моменту его прекращения.

Статья 10

Со дня вступления в силу настоящего Соглашения прекращает свое действие в отношениях между Федеративной Республикой Бразилией и Российской Федерацией Соглашение о научно-техническом сотрудничестве между Правительством Федеративной Республики

Бразилии и Правительством Союза Советских Социалистических Республик от 16 апреля 1981 года.

Совершено в городе Бразилиа 21 ноября 1997 года в двух экземплярах, каждый на португальском, русском, и английском языках, причем все тексты имеют одинаковую силу. В случае возникновения разногласий для целей толкования используется текст на английском языке.



**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО
ФЕДЕРАТИВНОЙ
РЕСПУБЛИКИ БРАЗИЛИИ**

Luis Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО
РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ**

Ievgueni Primakov
Ministro dos Negocios
Estrangeiros

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

BASIC AGREEMENT FOR SCIENTIFIC TECHNICAL AND
TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT
OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE
GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Russian Federation

(hereinafter referred to as the Contracting Parties),

Taking into consideration the experience accumulated by both countries in the field of Science and Technology;

Recognizing that the cooperation in this field will contribute to the social and economic progress of both countries;

Aware that scientific, technical and technological cooperation is one of the pillars of bilateral relations and an important element of its stability,

Have agreed as follows:

Article I

The objective of the present Agreement is to contribute to the broadening and strengthening of the relations between the institutions of both countries through the establishment of favorable conditions for scientific, technical and technological cooperation and its development on mutually advantageous and equitable basis.

Article II

The Contracting Parties may sign Complementary Arrangements and will stimulate and promote the contact between institutions of both countries in the scientific, technical and technological areas as well as of project documents in specific fields recognizing the cooperation government agencies, research institutions, higher education institutions, state and private companies and other scientific entities of both countries.

Article III

The cooperation activities may include:

a) development of scientific, technical and technological research, with possible exchange of equipment and research material;

b) exchange of scientists, researchers, specialists and technical personnel for the development or programs, project and other activities of scientific, technical and technological cooperation;

- c) organization and realization of joint seminars and other meetings of scientific, technical and technological nature;
- d) exchange of scientific, technical and technological information;
- e) any other form of scientific, technical and technological cooperation as agreed upon by the Contracting Parties.

2. The expenses incurred by the activities foreseen in this Agreement will be covered following terms set by the cooperating institutions if each particular case, making use of available resources.

Article IV

Unless established otherwise in the documents mentioned in Article II the scientific, technical and technological community of both countries will have access to the information resulting from cooperation activities related to this Agreement if the information:

- a) does not represent matter of commercial, industrial or service secrecy,
- b) is not related to national security issues.

Article V

1. The Contracting Parties pledge to guarantee the protection and the use of intellectual property rights resulting from cooperation, in observance of the laws applicable in the respective countries and corresponding international treaties which the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation are part of

2. The distribution of the intellectual property rights that may result of the cooperation activities under this agreement shall be established in a case by case basis between the cooperating institutions in the respective documents, mentioned in Article II.

Article VI

1. For the implementation of this Agreement, the Contracting Parties shall establish a Joint Commission for Scientific, Technical and Technological Cooperation that will work in close coordination with the Intergovernmental Commission for Economic, Commercial, Scientific and Technological Cooperation. The objectives of the Joint Commission shall be as follows:

- a) to examine and approve recommendations to promote favorable conditions for the establishment of the cooperation as planned in this agreement;
- b) elaborate proposals in priority fields of cooperation;
- c) evaluate ongoing cooperation activities and propose new areas of cooperation;
- d) the Joint Commission will meet periodically, alternately in Brasilia and Moscow, in set intervals agreed upon by the Contracting Parties.

Article VII

As regards the cooperation under this agreement and honored all international obligations and applicable national laws and valid regulations, each Contracting Party shall, on the basis of reciprocity:

- a) support the processing of entry and exit requests from its territory of personnel and equipment of the other Contracting Party, used in the projects and programs under this Agreement;
- b) facilitate the entry and exit, exempt of duties and taxes, or materials and equipment necessary to joint activities under this Agreement.

Article VIII

Any divergence arising in relation to the interpretation or the application of this Agreement shall be settled, as much as possible, by the Contracting Parties.

Article IX.

1. The present Agreement shall enter into force on the date of the last notification of one of the Contracting Parties to the other that the Agreement has been approved in accordance with its domestic legal procedures.
2. The present Agreement shall remain in force for a period of 5 (five) years and shall automatically be renewed for further periods of 5 (five) years, unless either Contracting Party notifies, in writing, its intention to terminate it. The termination will come into effect 6 (six) months from the date of the above mentioned notification.
3. The termination of this Agreement shall not affect the carrying out of any project of program undertaken under this Agreement and not fully executed at the time of the termination of this Agreement.

Article X

From the date this agreement enters into force, the Agreement for Scientific and Technological Cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Government of the Union of the Soviet Socialist Republics, dated April 16, 198 1, shall no longer be valid.

Done at Brasilia, on this 27th day of November 1997, in duplicate, in the Portuguese, Russian and English languages, all texts being equally authentic. Should any doubt arise, the English text shall prevail.

For the Government of the Federal Republic of Brazil:

**LUIS FELIPE LAMPREIA
Minister of Foreign Affairs**

For the Government of the Russian Federation:

**IEVGUENI PRIMAKOV
Minister of Foreign Affairs**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE BASE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
FÉDÉRATION RUSSE RELATIF À LA COOPÉRATION SCIENTIFIQUE,
TECHNIQUE ET TECHNOLOGIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la Fédération Russe

(ci-après dénommés les Parties contractantes),

Considérant l'expérience acquise par les deux pays dans les domaines de la science et de la technologie,

Reconnaissant que la coopération dans ce domaine contribuera à promouvoir les progrès sociaux et économiques dans les deux pays,

Conscients du fait que la coopération scientifique, technique et technologique représente l'un des piliers des relations bilatérales et constitue un élément important de leur stabilité,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Le présent Accord a pour objectif de contribuer à élargir et renforcer les relations entre les institutions des deux pays grâce à l'établissement de conditions favorables à la coopération scientifique, technique et technologique et à son développement sur la base de l'intérêt mutuel et de l'égalité.

Article II

Les Parties contractantes peuvent conclure des accords complémentaires et encourageront et développeront les contacts entre les institutions des deux pays dans les domaines scientifique, technique et technologique et en matière de documents relatifs à des projets dans des domaines spécifiques reconnaissant comme agents de la coopération des agences gouvernementales, des institutions de recherche, des institutions d'enseignement supérieur, des sociétés publiques et privées et d'autres institutions scientifiques des deux pays.

Article III

1. Les activités de coopération pourront prendre les formes suivantes :

a) réalisation d'activités de recherche scientifique, technique et technologique, avec possibilités d'échange de matériel et documents de recherche.

b) l'échange d'experts, chercheurs, spécialistes et personnel technique pour l'élaboration de programmes, projets et autres activités de coopération scientifique, technique et technologique ;

c) l'organisation et la réalisation communes de séminaires et autres réunions de nature scientifique, technique et technologique ;

d) l'échange de renseignements scientifiques, techniques et technologiques ;

e) toutes autres formes de coopération scientifique, technique et technologique convenues par les Parties contractantes.

2. Les dépenses entraînées par les activités prévues dans le présent Accord seront financées selon les conditions établies par les institutions de coopération dans chaque cas particulier, à l'aide des ressources disponibles.

Article IV

À moins d'indications contraires dans les documents mentionnées à l'Article II, la communauté scientifique, technique et technologique des deux pays aura accès aux renseignements découlant des activités de coopération liées au présent Accord si lesdits renseignements :

a) ne portent pas sur des domaines devant rester secrets, s'agissant d'activités commerciales, industrielles ou de services ;

b) ne sont pas liés à des questions de sécurité nationale.

Article V

1. Les Parties contractantes s'engagent à garantir la protection et l'utilisation des droits de propriété intellectuelle découlant de la coopération, conformément à la législation applicable dans les pays respectifs et aux traités internationaux correspondants auxquels la République fédérative du Brésil et la Fédération Russe sont parties.

2. La distribution des droits de propriété intellectuelle pouvant résulter d'activités de coopération en vertu du présent Accord sera établie au cas par cas entre les institutions de coopération s'agissant des documents respectifs mentionnés à l'Article II.

Article VI

1. En vue de la mise en oeuvre du présent Accord, les Parties contractantes établiront une Commission mixte de coopération scientifique, technique et technologique qui travaillera en étroite collaboration avec la Commission intergouvernementale de coopération économique, commerciale, scientifique et technologique. Cette Commission aura pour objectif :

a) d'examiner et d'approuver les recommandations visant à promouvoir des conditions favorables pour l'établissement de la coopération prévue dans le présent Accord ;

b) d'élaborer des propositions dans les domaines prioritaires de coopération ;

c) d'évaluer les activités de coopération en cours et de proposer de nouveaux domaines de coopération ;

2. La Commission mixte se réunira périodiquement, en alternance à Brasilia et à Moscou, à des intervalles convenus par les Parties contractantes.

Article VII

En ce qui concerne la coopération prévue dans le présent Accord et sous réserve de toutes les obligations internationales et des lois et règlements nationaux en vigueur applicables, chaque Partie contractante, sur la base de la réciprocité :

a) appuiera le traitement des demandes d'entrée et de sortie de son territoire présentées pour le personnel et le matériel de l'autre Partie contractante utilisés dans les projets et programmes prévus dans le présent Accord ;

b) facilitera l'entrée et la sortie, hors taxes et impôts, des matériaux et du matériel nécessaires aux activités communes prévues dans le présent Accord.

Article VIII

Tout différend ayant trait à l'interprétation ou à l'application du présent Accord sera réglé, dans la mesure du possible, par les Parties contractantes.

Article IX

1. Le présent Accord entre en vigueur à la date de la dernière notification par l'une des Parties contractantes à l'autre que l'Accord a été approuvé conformément à ses procédures législatives internes.

2. Le présent Accord reste en vigueur pendant une période de cinq ans, à l'expiration de laquelle il sera tacitement reconduit pour des périodes successives de cinq ans, à moins que l'une des Parties contractantes ne notifie à l'autre sa décision de le dénoncer. La dénonciation, prendra effet six mois après la date de ladite notification.

3. La dénonciation du présent Accord n'affecte pas la réalisation de tout projet ou programme entrepris en vertu du présent Accord et qui n'a pas été achevé au moment de la dénonciation du présent Accord.

Article X

À partir de la date d'entrée en vigueur du présent Accord, l'Accord de coopération scientifique et technologique entre la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de l'Union des Républiques socialiste soviétique, en date du 16 avril 1981, cessera d'être en vigueur.

Fait à Brasilia, le 21 novembre 1997, en deux exemplaires, en langues portugaise, russe et anglaise, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais fera foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

LUIS FELIPE LAMPREIA
Ministre d' État des Relations extérieures

Pour le Gouvernement de la Fédération Russe :

IEVGUENI PRIMAKOV
Ministre des Affaires étrangères

